

**Revista Percurso: Eliana Borges Pereira Leite, Eva Wongtschowski, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Luciana Cartocci, Mania Deweik, Maria Auxiliadora Arantes (Dodora), Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Meyer Dittmar e Sergio Zlotnic**

No Entretantos I, o encontro tinha como objetivo a apresentação dos grupos de trabalho Departamento: como se organizam, como se dá a divisão de tarefas, o que produzem.

O Entretantos II propõe um tema abrangente: relações entre psicanálise e política. Escolhemos, dentre os vários sugeridos, o tema da Política de Formação. A Revista *Percurso*, vale lembrar, é uma das publicações do Departamento cuja função é a transmissão da psicanálise, tema nada simples sobre o qual tentaremos falar.

Freud utilizou-se de dois caminhos para fazer a transmissão de sua teoria. O primeiro, por meio da própria experiência de análise, isto é, a relação analista-paciente, e o segundo, pela via da escrita de textos. Em seus relatos da prática clínica, é possível acompanhá-lo ensinando aos seus pacientes a noção de inconsciente, Édipo, castração. No decorrer do tempo o amplo uso da terminologia psicanalítica nos meios de comunicação trouxe familiaridade com o método terapêutico e hoje estranhamos essa forma de transmissão. De todo modo, ela faz parte da história.

No segundo caminho, por meio da escrita, Freud manteve uma intensa e extensa correspondência com vários interlocutores além de Fliess e produziu textos cujo poder de transmissão se mantém. Freud recebeu um prêmio de literatura – prêmio Goethe – e Mezan propõe que seu talento para a escrita contribuiu em boa medida tanto para a divulgação quanto para a aceitação de suas ideias. Ele inventou um gênero literário – o relato do caso clínico – que exercia com elegância: os dados sobre a vida do paciente, suas dificuldades, o percurso da análise, a elaboração teórica, a discussão de questões técnicas, estão arrançados de tal modo que até hoje convidam à leitura, a novas interpretações e seguem férteis na elaboração de conceitos. É a nossa herança.

Se a Revista tem função de transmissão, há que se definir, redefinir e definir mais uma vez o que e como se trata de transmitir. Há uma resposta fácil e rápida: os textos devem ser de interesse de nossa comunidade, devem ser bem escritos, ter consistência

interna. Parece simples. Entre receber textos, convidar colegas para escrever ou dar entrevista e a Revista pronta cabem muitas horas de trabalho e longas discussões.

Alberto Manguel, no livro *Uma história da leitura*, conta um pequeno episódio vivido por Caio Plínio Cecílio, no primeiro século da era cristã. A leitura feita por autores se tornara uma cerimônia social da moda, e havia uma etiqueta estabelecida para autores e ouvintes. Dos ouvintes esperava-se que oferecessem uma reação crítica, com base na qual o autor aperfeiçoaria o texto. Plínio escreve a um amigo logo depois de ter saído de uma cerimônia de leitura: indignado, conta que o texto em questão era polido, de qualquer ângulo que se considerasse, mas duas ou três pessoas espirituosas – ou que assim se julgavam –, escutaram-no como se fossem surdos-mudos. Mal se mexeram. Perguntava-se: qual o objetivo dessa conduta e cultura sóbria, essa indolência e presunção, da falta de tato e bom senso que levariam alguém a passar o dia sem fazer outra coisa senão causar desgosto e transformar em inimigo o amigo que se veio ouvir?

Desde há muito os autores procuram ouvintes-leitores para uma avaliação crítica da sua produção, com o objetivo de melhorá-la. No editorial da Revista nem sempre esse encontro é amistoso. Em relato de um colega sobre a interlocução com o Grupo Editorial em torno do seu texto houve um final feliz: conta ele que foi o melhor artigo que já escreveu, dando a esse trabalho um valor de colaboração, de troca. Outros, sentem a mesma indignação relatada por Plínio, mas no sentido oposto: consideram seus textos como terminados, qualquer proposta é recebida como uma violação. A função crítica é encarada como ilegítima, a tal ponto que provoca um estremecimento nas relações de amizade.

Ponderemos um pouco sobre essa questão nos perguntando por que escrevemos O que se coloca em jogo na produção da escrita? A questão é evidentemente gigante. Mas vamos considerar apenas um ou dois pontos.

Há uma relação estreita entre corpo e linguagem. Em nossa constituição, enquanto sujeitos, nos tornamos capazes de acolher palavras porque estas vêm carregadas de corpo, isto é, as pulsões se “agarram”, como diz Ana Costa, aos mais diferentes símbolos. A escrita corresponde ao esforço de inscrição em uma ordem outra que não a corporal. Ao escrevermos um texto, mesmo que teórico, a partir de uma experiência clínica, é a transferência que está em jogo nesse atendimento, é a posição no trabalho que produz o efeito de transmissão. Não é por outra razão que retornamos sempre aos relatos clínicos de Freud, dado seu potencial enquanto transmissão. Na escrita há uma tentativa de

precisar conceitos, de esclarecer o que ainda não está claro, uma tentativa de elaboração. Aqui nos referimos à escrita alfabética, porquanto há a do sonho, da passagem ao ato, da inscrição corporal. A escrita de Joyce, alfabética, estudada por Lacan, foi pensada como um trabalho que permitiu um suporte para além da fantasia, isto é, um texto onde o sujeito permanece implicado na sua história pessoal, mas cujo destino é a produção de cultura. Seu texto, apesar de ligado a questões estritamente pessoais, acabou criando laços no social. O de Schreber não teve o mesmo destino. A escrita de um texto se torna eficiente quando há um endereçamento, quando supõe uma comunidade de transferências. Esse evento, Entretanto, é um bom exemplo. Nossa Revista é outro.

Vamos tomar a liberdade de supor que a discussão escrita de um texto teórico envolve também elementos transferenciais. Roland Barthes, num capítulo de *O rumor da língua*, ao qual deu o nome de “Escrever a Leitura”, pergunta: “Nunca lhe aconteceu ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de ideias, excitações, associações? Nunca lhe aconteceu de ler levantando a cabeça? O que vem a ser o texto que se dá a ler? É aquele que escrevemos em nossa cabeça, cada vez que a levantamos ao ler” (pag 21)

Critica o fato de que nós nos interessamos demasiadamente pelo autor e nada pelo leitor. Por que o autor escreveu sua obra, segundo que pulsões, que injunções, que limites? Estabelece-se o que o autor quis dizer, e nunca o que o leitor entendeu. A lógica da leitura, diz é diferente das regras da composição. Esta refere-se a um modelo dedutivo, mas a leitura se faz de acordo com uma lógica associativa: outras ideias, imagens, significações. E ambos, autor e leitor, estão imersos numa lógica milenar de narrativa, de uma forma simbólica do imenso espaço cultural que nos antecede. Ler, diz, é fazer nosso corpo trabalhar ao apelo dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundeza ondulada das frases.

O trabalho da Revista fica no campo estabelecido entre quem escreve e quem lerá. Daí nosso esforço em tentar pensar as vicissitudes do ato de escrever e da leitura.

Voltando à psicanálise, Radmila Zygouris vai chamar de “desatino inevitável” o âmbito da escrita do caso e da teoria. Assegura-nos que não há escrita ingênua, não há escrita que fique à margem da filiação ou de alguma influência.

Jean-Bertrand Pontalis admite não ter jamais tido uma ideia que não pudesse encontrar seu ponto de origem numa palavra vinda do divã, numa afirmação feita por um colega, numa passagem de um livro, que, de repente, se apoderou dele e lhe permitiu formular

aquilo que estava, até então, vagamente pressentido. Todo psicanalista é um herdeiro, e, ao mesmo tempo, um predador, diz ele. Mesmo assim, afirma Zygouris, não há nenhum mestre ou qualquer texto que nos garantam. Daí o desatino ser inevitável. Escrever sobre nossa clínica e, acrescentaríamos, sobre nossas leituras e estudos, segundo ela, é eticamente indispensável. E vejam que observação interessante Zygouris nos faz: a psicanálise é regional, acredita menos em teoria e mais em teorizações e ideias. Os sistemas, diz, são transitórios, e os relatos, as observações, os pensamentos, esses ficam.

Há uma questão que nos exige um cuidado permanente: não há, *a priori*, nenhum texto cujo tema, orientação teórica, estilo de escrita impeçam-no de ser publicado. É importante lembrar que os grupos de trabalho da Revista são compostos por psicanalistas de diversas orientações teóricas, com leituras as mais variadas, com interesses clínicos diversos e formações distintas. Sem esquecer as múltiplas experiências de vida. Desse fato se desdobram várias leituras e pontos de vista possíveis.

Nunca é demais lembrar um pouco da história da psicanálise. A Associação Internacional de Psicanálise tinha, na primeira parte do século XX, hegemonia sobre a “verdadeira” psicanálise. Os embates eram solucionados pela exclusão dos assim chamados “opositores”: Jung, que propunha uma leitura diferente da de Freud em relação à energia psíquica; Ferenczi, também no final dos anos 1920, por sua concepção da experiência traumática e de voltar a considerar a teoria da sedução, já abandonada por Freud; Rank, que considerava a angústia de castração e o trauma do nascimento não conforme a psicanálise oficial, digamos assim. Lacan sofreu o mesmo destino já na década de 1950, em nome das diferenças em relação ao uso do tempo lógico, o que o levou a fundar uma nova associação de psicanalistas, e as associações passaram a disputar quem seria o representante da “verdadeira” psicanálise. Não é por acaso que o tema da repetição e da compulsão à repetição é longamente tratado na obra freudiana.

Birman nos lembra um fato curioso: na história das ciências, há uma relativa tolerância em relação às teorias rivais. Lembra, por exemplo, a teoria corpuscular da luz de Newton, considerada verdadeira em relação à teoria ondulatória: as duas conviveram lado a lado, num embate permanente. Mais tarde, no século XIX, a teoria ondulatória passou a ser considerada como correta, transformando-se num novo paradigma na leitura teórica no campo da luz. Não há um movimento de exclusão e o que permanece em jogo é a possibilidade de cada teoria ter ou não a condição de resolver problemas relativos a seu campo. À diferença disso, o psicanalítico se constitui pelas transferências, o que é

decisivo na nossa comunidade. E esta é uma questão atentamente considerada pela Revista.

Freud, na elaboração da sua metapsicologia, utilizou o modelo clínico da histeria, pois era esta a expressão do mal-estar predominante naquele momento; com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, ele enfatizou o tema da perda e do trauma. Diante da eclosão da Segunda Grande Guerra e dos seus efeitos brutais, Klein se concentrou na pulsão de destruição, do masoquismo e sadismo, estabelecendo a posição esquizoparanoide e depressiva. Lacan estudou a paranoia. Winnicott esteve sob o impacto da mudança do lugar da mulher no espaço social, o que transformava radicalmente as considerações sobre a função materna. Essa rápida passagem pela questão dos modelos clínicos, modos de subjetivação e momento histórico é para lembrar que agora é nossa vez de nos confrontarmos com mudanças que estamos vivenciando. Tais mudanças afetam nosso cotidiano, nossas relações em todos os âmbitos, nossa visão de mundo. Afetam as questões de gênero, as novas configurações familiares, a expansão do uso de drogas, a radical transformação das formas de comunicação, os ideais, o lugar da ética e da moral. Enquanto Departamento de Psicanálise, temos investido no estudo de várias dessas questões, acompanhados pela participação da Revista nesse trabalho.

Para terminar, gostaria de falar um pouco sobre a quase obsessão da Revista com a beleza. A *Percurso* é bonita, e não se economiza esforço para mantê-la assim. Durante a decisão para a escolha da capa, os e-mails chegam a várias dezenas. Transcreverei para vocês uma pequena passagem em um livro de Green, que trata de psicanálise, antropologia e literatura. Numa divisão de capítulo que leva o nome de “Ler e Escrever”, ele escreve sobre escopofilia, o desejo de ver. “A capa, a encadernação de um livro, representa suas roupas... Quando o livro se encontra na prateleira de uma biblioteca, seu acesso torna-se fácil para o olhar em busca de prazer; quando está na vitrine de uma livraria, essa barreira transparente aumenta nossa curiosidade. Entramos na livraria para dar uma olhada. Exceto no caso que sabemos o que procuramos e fazemos o pedido, não gostamos de ser perturbados... atraídos por um vago indício, pegamos um dos livros na mão. Inicia-se o prazer de abri-lo, tocá-lo, folheá-lo, sondá-lo em diversos trechos...” (pág. 21)

O livro de Green foi publicado em 1992, são apenas 24 anos que nos separam dessas observações. Apesar do domínio da digitalização, da leitura na tela do

computador, mantemos o prazer, duas vezes por ano, de tirar o celofane que envolve a Revista, e manuseá-la exatamente como na descrição de Green.

#### Referências bibliográficas

Barthes, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Costa, A. *Litorais da psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2015.

Green, A. *O desligamento*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Manguel, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Mezan, R. *O tronco e os ramos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Pontalis, J. B. O laboratório central. In Green, A. (Org.), *Psicanálise Contemporânea, Revista Francesa de Psicanálise*. Rio de Janeiro; São Paulo: Imago; SBPSP, 2001.

Selaibe, M.; Carvalho, A. *Psicanálise entrevista*. Vol. 2. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.